

---

**PARTE I**  
**ASCENSIÓN Y CRISIS**  
**DE LA GOBERNANZA GLOBAL NEOLIBERAL**  
**TERRORISMO, GUERRA Y RESISTENCIAS SOCIALES**



---

## É possível democratizar a governança da economia política global?

Marie-Claude Smouts\*

A resposta está contida na pergunta. Aqueles que não consideram que a governança democrática da economia política mundial possa ser um objetivo desejável, racional e realizável, não se preocupam com este tipo de pergunta. Poderíamos apostar que George Bush Jr. nem pensa nisto: a idéia de que a economia seja “política”, e que possa ser “governada”, não atinge seu universo mental. Os responsáveis pela OCDE, pelo FMI, pela OMC, os ministros da economia e da fazenda dos países do G7 também não se colocam esta questão ou, ao menos, não nestes termos: estão convencidos de que não se pode fazer muito mais do que eles já fazem pela regulação numa economia de mercado, que os agentes legítimos de uma eventual “governança” são eles mesmos, e que eles representam a quintessência da democracia. Sua preocupação não consiste em tornar a governança mais democrática, e sim em convencer a totalidade da população mundial de que não haverá felicidade dos povos, sem uma aplicação escrupulosa do Consenso de Washington<sup>2</sup>.

Neste início de século, onde a hegemonia do neo-liberalismo está bem estabelecida, introduzir a questão de uma governança democrática da economia mundial é uma posição polêmica. Ela marca a recusa do famoso TINA (*There Is*

---

\* Diretora de pesquisa no Centro Nacional de Pesquisa Científica/Centro de Estudos e de Pesquisas Internacionais e Professora no Institut d'études politiques de Paris. Autora de numerosos livros e artigos sobre as organizações internacionais, as relações Norte-Sul, e as teorias de relações internacionais. Suas últimas publicações são: *Les organisations internationales*, Paris, Armand Colin, 1995; *Lês nouvelles relations internationales*, et alli, Paris, Presses de Sciences-po, 1998; *Le retournement du monde*, com Bertrand Badie, 3ª edição, Paris, Presses de Sciences-po, 1999.

*No Alternative*), herdado de Margareth Thatcher, que tende a fazer acreditar que não existe outra racionalidade econômica possível que não a frutificação do capital financeiro; que não há melhor regulação do que aquela imposta pelo mercado; que a política tornou-se impotente; e que tudo está muito bem do jeito que está. Introduzir a questão de uma governança democrática da economia internacional sugere, pelo contrário, que nem tudo está tão bem assim, que o abandono ao domínio do mercado não constitui nenhuma fatalidade, que existem possibilidades de ação, e que forças políticas e sociais poderiam se organizar afim de retomar o controle de um capitalismo que se tornou selvagem, em todos os sentidos do termo. Ou seja, é, sem a menor dúvida, de política que se trata.

Face a uma questão deste porte, é difícil ignorar as próprias preferências e falar de maneira imparcial. Tentarei fazer um esforço neste sentido, dividindo o tema em três tempos: com que tipo de economia política internacional estamos lidando neste início de século?; o que significa exatamente uma “governança democrática” desta economia?; em que estágio se encontra hoje a reivindicação democrática internacional, tanto no plano teórico, quanto no que concerne a relação de forças? Ao proceder desta forma, tenho plena consciência de estar apresentando o ponto de vista de alguém que é proveniente de um país industrializado, europeu, membro do G7, ou seja, que estou inevitavelmente marcada pela maneira segundo a qual o debate está sendo conduzido no meu próprio meio. Aliás, eu escolhi assumir essa posição, e reforçá-la, inserindo em minhas notas de rodapé as mais recentes publicações relativas a este tema na França, onde o debate é bastante vivo, e, a meu ver, possui bom nível intelectual.

Me sinto muito feliz em poder trocar idéias com colegas que compartilham o mesmo saber disciplinar, mas que são portadores de outras experiências e outras sensibilidades históricas, e que têm, certamente, tabelas de análise de dados mais adaptadas à situação na América Latina. O que se segue não passa então de uma visão extremamente parcial, como introdução aos trabalhos que serão efetuados durante os dois próximos dias.

Sobre as características da economia internacional hoje em dia serei breve, por serem elas bastante conhecidas. Apresentarei apenas alguns lembretes para situar nossa discussão:

A partir dos anos 70, o desenvolvimento do capitalismo entrou em uma nova fase, totalmente inédita na História. A economia internacional funciona como unidade, em um tempo real, em escala planetária, apoiando-se nas novas tecnologias da informação e da comunicação. É a “globalização” (na França, costumamos dizer “mundialização”): globalização do comércio internacional, globalização da produção e da distribuição, e, sobretudo, globalização financeira, sobre a qual voltarei a falar mais adiante. Na verdade, esta globalização é extremamente seletiva, e está longe de ser universal. O comércio internacional, os investimentos estrangeiros diretos, as tecnologias da comunicação, estão concentrados em determinadas partes do mundo, em certos países, e em certas

regiões dentro destes países. Um dos paradoxos bem conhecidos da globalização consiste em acentuar os fenômenos de polarização e de fragmentação, aumentando a distância que existe entre aqueles que podem jogar o jogo da globalização, e aqueles que dela estão excluídos. A clivagem não se dá mais entre Norte e Sul, como antigamente, ela se dá também entre os países do Sul, e dentro dos países, sejam eles do Norte ou do Sul. A média da riqueza cresce, porém as desigualdades se acentuam e dividem as sociedades em diferentes categorias, segundo o grau de inserção dos indivíduos nesta economia mundializada. Um processo que já foi magnificamente descrito por Robert Reich há uns dez anos atrás, e que nada veio modificar -apesar da violência e dos malefícios que comporta, e que o autor já previra<sup>3</sup>.

A outra característica desta economia é o fato de que ela funciona em redes<sup>4</sup>. Particularmente, a organização das firmas multinacionais, em filiais funcionando em redes entre si numa escala planetária, modificou inteiramente as condições da produção e da distribuição, com os fenômenos de deslocalização (e também de fusões e aquisições), que recompõem sem cessar, sob nossos olhos, o mapa industrial. Cada elemento do processo de produção está localizado em um espaço particular, escolhido em função dos custos de produção, das regulamentações locais, dos riscos-por-país mais vantajosos. Esta organização das grandes empresas numa escala global transformou, ao mesmo tempo, a organização do debate social no mundo assalariado. As filiais são apenas sociedades exploradoras. As grandes decisões estratégicas das quais dependem o emprego e as condições de trabalho de milhares de assalariados são tomadas pela *holding*, a sociedade-mãe, onde está o centro de decisão financeiro. Nas empresas globalizadas, a noção de empregador segundo a qual os trabalhadores costumavam se organizar, por setores ou por empresas, está se dissolvendo. Desaparecem também as antigas identidades fundadas sobre o ofício, bem como as solidariedades baseadas nos tradicionais elos de proximidade, territoriais e/ou profissionais<sup>5</sup>. As palavras-chave são: “flexibilidade”, mobilidade, “adaptabilidade”. A globalização corrói os elos sociais e as pertinências: os indivíduos “desafiliados” vivem no presente, e na instabilidade, sem que possam se referir a valores coletivos duráveis<sup>6</sup>. Estamos assistindo na França ao fechamento de vinte lojas da Marks and Spencer; o desamparo dos funcionários, e a incapacidade do governo francês para responder a este desamparo, constituem uma imagem exemplar deste processo.

Outra característica da economia globalizada –a mais decisiva de todas: a livre flutuação das taxas de câmbio a partir de 1973, a liberdade total de deslocamento dos capitais em escala mundial, a proliferação das inovações financeiras, a explosão dos investimentos estrangeiros diretos, tudo o que possa permitir que os atores financeiros se instalem aonde bem quiserem, e concorram com os intermediários locais– e que resumimos sob o termo de “globalização financeira”, provocou uma “financeirização” das empresas jamais vista. Os

principais acionistas das firmas multinacionais são hoje os grandes investidores institucionais: os fundos de pensão, os seguros de vida, os fundos comuns de aplicações, sem esquecer os famosos *hedge funds*, constituídos unicamente para fins especulativos. Seu principal objetivo é fazer frutificar seus capitais. Daí o atual debate, extremamente acirrado nos Estados Unidos e na Inglaterra, sobre a noção de *corporate governance*, e os modos de relações que as firmas organizam entre seus gerentes e seus acionistas. As exigências destes últimos podem ser exorbitantes: “Eles impõem às sociedades regras drásticas, como o imperativo de 15% de rendimento dos capitais próprios, e elaboram a lista negra daquelas cujas distribuições de dividendos lhes parecem insuficientes [...]. Alguns estabelecimentos rentáveis –porém insuficientes neste ponto– são fechados, e seus empregados demitidos. Sinal dos tempos: já nem se tenta mais “disfarçar””<sup>7</sup>.

Assistimos ao mesmo tempo a um processo de “desintermediação”, que faz com que as grandes empresas se voltem para os mercados de ações para levantar os financiamentos de que precisam, em vez de se dirigirem, como o faziam antes, aos bancos, afim de obter empréstimos bancários. As firmas são organizadas como grupos financeiros. A gestão da tesouraria tornou-se uma de suas principais atividades: “As atividades de produção deixaram de ser essenciais, elas agora são percebidas como uma forma, entre outras, de valorizar o capital”<sup>8</sup>.

O conjunto destes fenômenos, que são evidentemente muito mais complexos do que resumi aqui brevemente, concede aos mercados de ações e financeiros, isto é, a um pequeno número de atores privados, bancos e investidores institucionais, um poder considerável sobre a economia: são eles que fixam as taxas de câmbio e, conseqüentemente, o valor das moedas, que influenciam a fixação das taxas de juros, que acabam determinando as principais medidas macroeconômicas: investimentos, empregos, consumo. Quando surgem perspectivas atraentes, é a maior felicidade, e o afluxo dos capitais; quando os mercados estão “inquietos”, o que ocorre é um refluxo precipitado. Milhões de indivíduos são abandonados da noite para o dia ao desemprego e à miséria. Foi o que vimos na crise Mexicana (1994), na crise Asiática (1997), e na atual crise Argentina...

A esfera financeira não pára de inchar e de se alimentar com sua própria lógica especulativa, desconectada da economia real. O mercado cambial é o maior mercado que existe: o equivalente a 1,6 a 2 trilhões são movimentados por dia (mais do que o PIB anual de um país como a França, 60 a 70 vezes o que representa o volume da circulação de mercadorias). Esta busca frenética pelo “golpe de mestre”, que vai fazer com que se arrecade bilhões, especulando sobre determinados pontos de variação monetária, alimenta o que Susan Strange chama de “capitalismo de casino”<sup>9</sup>. O crescimento das tecnologias do imaterial, e a “nova economia” que provem disto, só fazem ampliar esse jogo “onde as trocas sobre abstrações alimentam trocas sobre abstrações”<sup>10</sup>.

O único princípio organizador desta economia globalizada é o da livre concorrência, e da livre circulação de todos os bens e serviços. Sem querer entrar no debate ideológico sobre as benfeitorias ou malefícios da globalização em se tratando do crescimento e da prosperidade, somos obrigados a reconhecer que esta lógica dominada pela finança não é uma lógica econômica de desenvolvimento, de valorização e de organização do território, e menos ainda uma lógica de melhoria do bem estar dos indivíduos. Trata-se de uma lógica que leva à individualização, e que tende a desconectar a esfera social da esfera econômica. De um lado, uma esfera econômica mundializada, privatizada, desterritorializada, onde as sociedades são vistas como coleções de indivíduos, cuja única ambição consistiria em maximizar seus interesses (fazer sua poupança render). E de outro lado, a esfera social, dado particular, local, do âmbito do Estado, que deve se responsabilizar por ela. Uma tal dicotomia só pode fomentar uma terrível crise da esfera política. Impossibilitado de ter um mínimo de autonomia de decisão que lhe permita fixar as grandes escolhas macroeconômicas, o Estado diz sofrer uma crise de autoridade e de legitimidade que constatamos em todo lugar.

Os novos “donos do mundo” não seriam mais os Estados, mas seriam encontrados no universo financeiro. De acordo com certos autores, o verdadeiro poder pertence à “ fração elevada do capitalismo financeiro”, que “reúne essencialmente os acionistas controladores das grandes empresas, as instituições e fundos de aplicação, os fundos de pensão, as grandes sociedades de corretagem e de auditoria financeira, e alguns paraísos fiscais”<sup>11</sup>. E René Passet complementa: “ Acrescentemos as instituições internacionais como o Banco Mundial e o FMI, que se comportam como servidores zelosos dos anteriores”<sup>12</sup>.

### **O que significa a “governança democrática” de uma tal economia?**

Não vou insistir aqui sobre o conceito de governança, que já tive a oportunidade de tratar em outra ocasião<sup>13</sup>, e falarei da noção de “democrática”.

Pertenço à uma geração que se colocou, nos anos 70, questões semelhantes àquelas que estamos nos colocando hoje: como construir uma ordem econômica internacional estável, cuja finalidade seria o desenvolvimento, a redução das desigualdades, e a instauração de uma certa justiça de redistribuição em uma escala planetária? Naquela época, as energias se mobilizavam pela “Nova Ordem Econômica Internacional” (NOEI). Muitos de nós engajaram-se profundamente neste empreendimento. Tratava-se de construir, através de uma negociação internacional entre países industrializados e países em desenvolvimento (o que chamávamos de “diálogo Norte-Sul”), uma ordem comercial e monetária favorável a todos. O sistema das Nações Unidas era de onde esta Nova Ordem deveria surgir. Das sessões especiais da Assembleia Geral da ONU, passando por conferências da CNUCED, a ilusão do diálogo durou de 1974 até 1980, enquanto

os efeitos do primeiro choque petrolífero, e das grandes ondas de nacionalização verificadas nos países do Terceiro Mundo se faziam sentir, e preocuparam os países industrializados. Assim que foi deflagrada a crise da dívida (em 1982, com a dívida mexicana), e que teve início uma reviravolta dos preços das matérias primas, o Terceiro Mundo deixou de ser preocupante, e o diálogo foi esquecido. Mas isto é outra estória.

O que eu gostaria de mostrar é até que ponto, na época, o contexto era outro. A questão da democratização da economia internacional era entendida essencialmente nas relações de Estado para Estado. A reforma dos procedimentos de voto nas instituições financeiras internacionais, FMI, Banco Mundial, era um dos pontos de discussão capitais. A redução das desigualdades entre o Sul e o Norte era buscada na criação de uma nova ordem jurídica, um novo direito internacional: o direito do desenvolvimento. Admitia-se que os governos dos países mais industrializados tivessem todos os meios de assegurar uma justiça redistributiva através da ajuda pública, de transferências de tecnologia, de uma organização dos mercados de produtos básicos que pudesse garantir uma “justa remuneração” das matérias primas, da imposição de um código de conduta às firmas transnacionais, etc. A discussão internacional a propósito da NOEI implicava tão somente os Estados, sem nenhuma intervenção importante das ONGs e demais manifestações da sociedade dita civil.

Hoje em dia, a situação é diferente, sob todos os pontos de vista. Podemos, é claro, protestar contra o papel preponderante desempenhado pelo G7, bem como criticar a dissimetria Norte-Sul no funcionamento das instituições financeiras internacionais (IFI), e apresentar propostas para “democratizar o funcionamento das instituições de Bretton Woods” reformando o cálculo das alíquotas e o sistema de votação das IFI. Aliás, um relatório parlamentar acabou de ser publicado na França a este respeito<sup>14</sup>. Porém, a verdadeira questão não é esta. Ela faz parte da ideologia veiculada por essas instituições, e na desvalorização do político, em prol da “expertocracia” da qual elas são artesãs. As IFI impõem, a partir de Washington, as mesmas baterias de receitas para todos os países que enfrentam dificuldades, sem nenhuma compreensão mais sutil das sociedades locais, das lógicas culturais, das especificidades políticas –é neste ponto que se situa o desafio à democracia. As condições impostas às políticas estruturais dos países em desenvolvimento levam os “experts” do Banco Mundial e do FMI a escolherem as sociedades, em vez das populações interessadas, muitas vezes apesar delas mesmas<sup>15</sup> –é neste ponto ainda que se situa o desafio à democracia.

A questão crucial que se coloca hoje é a erosão do poder político em benefício dos poderes financeiros e dos *experts* de todo tipo que fazem sua propaganda, sob o pretexto da livre concorrência, da abertura das fronteiras, e da integração na economia mundial. Democratizar a governança da economia mundial significa, antes de mais nada, reintroduzir o político, ou seja, a capacidade de agir coletivamente sobre o curso dos acontecimentos.

A tese da impotência do Estado e da tirania dos mercados, é uma tese amplamente difundida. Ela é divulgada pelos próprios governos, na medida em que as decisões são cada vez mais difíceis de serem tomadas, e supõem uma coragem que poucos políticos demonstram ter. No estado atual das coisas, é verdade que a força dos mercados financeiros é irresistível. Quando massas consideráveis de fundos especulativos se posicionam contra uma determinada moeda, o Estado não pode fazer muita coisa; Georges Soros tem o poder de fazer despencar a libra britânica. Mas se todos os obstáculos para a livre circulação dos capitais desapareceram, e se a esfera financeira foi globalizada, isto se deve à vontade dos Estados mais ricos, que foram estimulados pela fração de sua população preocupada em melhor remunerar a própria poupança. A liberalização do comércio e dos investimentos internacionais, a privatização das empresas públicas, a desregulamentação da atividade econômica interna, se devem a políticas voluntaristas praticadas por governos. O processo teve início nos Estados Unidos, com Ronald Reagan, e foi imediatamente seguido pela Grã-Bretanha da Sra. Thatcher. Ele se alastrou na União Européia em meados dos anos 80, e se impôs na maioria dos países, inclusive na China, cujo caso é bem ilustrativo da interação entre os mercados, os governos e as instituições internacionais –no caso, a OMC.

O papel do Estado mudou, a soberania foi corroída, mas o Estado continua tendo o poder de fixar os grandes objetivos, de ditar o direito, e de instaurar procedimentos de cooperação internacional. O que os Estados fizeram, eles podem desfazer. Não isoladamente, é claro, mas de uma maneira concertada, particularmente a nível regional. E o que eles ainda não fizeram, mas que os partidários incondicionais da globalização querem incitá-los a fazer, eles podem recusar: não foram os manifestantes de Seattle que levaram ao fracasso o lançamento do novo *round* de negociações a respeito da liberalização dos serviços, e sim os países em desenvolvimento, e um certo número de países europeus que não lhe eram favoráveis. Quanto ao Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI), discretamente negociado sob os auspícios da OCDE, foi a França que se opôs a ele, depois que algumas ONGs e movimentos de cidadania revelaram à opinião pública mundial o que se estava na verdade preparando. Podemos citar ainda a vitória conquistada sobre as companhias farmacêuticas americanas, pelo Brasil e pela África do Sul, no decorrer da batalha travada em torno da fabricação de medicamentos genéricos contra a AIDS.

Trata-se de saber se os Estados querem controlar o câmbio livre, e se é de seu interesse fazê-lo. Não quero entrar aqui na discussão teórica sobre o elo que existe entre a abertura comercial e o crescimento, a liberalização financeira e o desenvolvimento. Me limitarei a retomar duas constatações feitas por Dani Rodrik, professor de economia de Harvard, que estudou, junto com um colega, toda a literatura sobre as relações entre a política comercial e o crescimento: “Nenhum país conseguiu seu desenvolvimento dando as costas ao comércio

internacional e aos movimentos de capitais a longo prazo. Muito poucos progrediram sobre um longo período, sem conhecer um aumento por parte do comércio exterior em seu produto nacional... Mas também é verdade que nenhum país se desenvolveu graças a uma simples abertura às trocas comerciais e aos investimentos estrangeiros. A receita, para aqueles que obtiveram êxito, consistiu em combinar as oportunidades oferecidas pelos mercados mundiais, com uma estratégia de investimento nacional e de reforço institucional, afim de estimular o ardor dos empresários locais. Em todos os casos notáveis ... vemos uma abertura parcial e progressiva às importações e aos investimentos estrangeiros. A conclusão correta que podemos tirar de tais observações não é que devemos, por princípio, preferir o protecionismo em detrimento da liberalização das trocas. Não encontramos nenhuma prova, nos últimos cinquenta anos, de que o protecionismo tenha estado sistematicamente associado a um crescimento maior. Simplesmente, não devemos superestimar os benefícios da abertura comercial”<sup>16</sup>.

E o que segue, e me leva diretamente à questão subsequente: “Quando outros objetivos que valham a pena concorrem por recursos administrativos raros e um capital político limitado, uma ampla liberalização do comércio nem sempre merece a prioridade absoluta que em geral lhe é conferida nas estratégias de desenvolvimento”<sup>17</sup>.

A quem cabe definir estes “objetivos que valham a pena”, e decidir entre eles, quando estão “em concorrência”? Aos “experts” do FMI e do Banco Mundial, ou às populações geograficamente situadas que irão colocar em prática estes objetivos?

Democratizar a governança internacional, significa reconhecer que não existe democracia sem identidade coletiva, sem um debate entre as populações interessadas, a respeito dos problemas que devem ser resolvidos e sobre seu futuro comum, sem o reconhecimento, por uma coletividade, de uma responsabilidade compartilhada<sup>18</sup>. O que supõe a existência de comunidades políticas específicas, de espaços onde construir a idéia do bem comum, e de executivos capazes de manter o sentido de tudo isto. A versão mole, abstrata e geral de democracia, reduzida aos direitos do indivíduo, sobre um fundo de liberalização dos mercados, que o discurso em vigor propõe, não corresponde a nada mais que uma visão de sociedade composta por pessoas preocupadas unicamente com a própria liberdade, sem história, sem memória, sem raízes, sem projetos coletivos. Aqueles que vêm lembrar que a democracia deve estar amarrada em algum lugar, que não há democracia sem a participação ativa dos cidadãos na realização de um projeto comum, e que não pode existir uma democracia “cosmopolita” sem que tenha havido anteriormente uma inscrição forte, dentro de um quadro bem delimitado –estes são facilmente considerados nostálgicos reacionários, e até mesmo protagonistas de um “recuo identitário”. De fato, existe este risco. As primeiras manifestações ativas da “anti-globalização” aconteceram no seio da extrema direita, e em países

industrializados (milícias americanas, Front National na França, etc.). A rejeição da globalização (confundida com a visão do indivíduo egoísta, hedonista, “competitivo” e meio ingênuo, que a cultura mercantil ocidental propõe), constitui uma dimensão nada negligenciável das reivindicações identitárias que têm surgido praticamente no mundo inteiro. A verdade é que a aposta da democracia consiste em elaborar um projeto e um sentido comum da responsabilidade, fundados sobre princípios universais, sem que sejam destruídas as entidades coletivas construídas pela história. Está aí todo o desafio da construção europeia atual, mas, de uma maneira mais abrangente, também aquele de uma democratização da governança internacional. A democracia não possui um modelo único.

Ela se inscreve em histórias particulares e em realidades locais. É por este motivo que muitos vêem no regionalismo uma etapa necessária e preliminar para a democratização de vida internacional.

### **O estado da reivindicação a favor de uma governança democrática**

Atensão entre o local e o internacional é, sem dúvida, uma das contradições mais difíceis com a qual o movimento de contestação contra a globalização liberal, que não pára de se expandir, de Seattle à Gênova, passando por aquele acontecimento fabuloso que foi o encontro de cúpula de Porto Alegre, vai ter que se confrontar.

A hora é propícia para se lançar uma grande campanha de reflexão sobre o balanço do liberalismo enlouquecido, e sobre eventuais modelos alternativos. Os próprios dirigentes estão começando a se questionar sobre determinadas coisas. O Consenso de Washington já está sendo denunciado a partir de seu interior: a saída retumbante de Stiglitz do Banco Mundial ilustra bem este fato. O comissário europeu encarregado das negociações comerciais internacionais, Pascal Lamy, obriga sua equipe a trabalhar arduamente sobre o tema da governança. Na França, o primeiro ministro age da mesma forma. No ano 2000, em Davos, grande parte dos debates chegou a discutir o assunto da questão social. O que não é pouca coisa! Tem-se a impressão que um medo intenso está invadindo a tecnocracia dirigente.

No plano teórico, devemos confessar que tudo ainda está por ser feito. O diagnóstico relativo aos danos produzidos pelo capitalismo selvagem está aí, mas os grandes paradigmas alternativos ainda têm de ser construídos. Há mais acordo sobre o que deve ser recusado, do que sobre propostas em comum. Nenhuma teoria se impõe face aos adeptos incondicionais da liberalização, que consideram que, assim como a democracia, o modelo não é perfeito, mas que qualquer outro seria ainda pior. Uma das grandes dificuldades intelectuais e políticas, no que diz respeito à mobilização constestatária, será propor um modelo alternativo, que não seja, mais uma vez, um modelo elaborado pelas elites educadas do Norte, e que seria julgado válido para todos.

Até o presente momento, me parece que vemos surgir dois tipos de mobilização e de ação. O primeiro reproduz o modo de exercício da democratização americana. Ele corresponde à existência de grupos de pressão (ONGs) manifestando seu interesse por este ou por aquele aspecto da vida internacional: a defesa das espécies protegidas, a recusa do trabalho infantil, a recusa dos OGM (Organismos Geneticamente Modificados), etc. Estes militantes a favor de uma governança mais democrática se mobilizam essencialmente contra as multinacionais e contra a *corporate globalization* (a mundialização a serviço das grandes empresas). Isto cria um espírito: as multinacionais preocupadas com sua imagem multiplicam os códigos de conduta e contratam “deontólogos”, os “fundos de aplicação éticos” são cada vez mais numerosos, etc! O que pode gerar resultados: por exemplo, o curso das ações de Monsanto desmoronou durante um certo tempo, e a firma foi obrigada a renunciar à venda de Terminator. Mas os temas estão espalhados, e dificilmente se agregam.

Um segundo tipo de mobilização e de ação, de cunho mais europeu e latino-americano, consiste em pegar as coisas em sua base, empreender ao mesmo tempo campanhas de educação populares e de formação, visando à ação, à construção de novos conceitos (como o de “soberania alimentar”), e em lutar para convencer os dirigentes a adotar certas medidas. É a estratégia do movimento ATTAC, na França (Associação por uma taxação das transações financeiras para a ajuda dos cidadãos). A ATTAC milita pela instauração da taxa Tobin sobre as transações financeiras, mas sua ação é muito mais abrangente. Ela questiona a globalização financeira, e todo o sistema que permite que esta exista, e busca uma “outra mundialização, a serviço do homem”. O mesmo ocorre com o Jubilé 2000, nascido na Inglaterra, que milita pela anulação da dívida terceiro mundista. É o que faz também a mobilização camponesa, que convém observarmos com atenção: conexões internacionais do Movimento dos Sem Terra, coordenação em torno da Via Campesina: 60 países, mais de 50 bilhões de membros, não é pouca coisa. Mas a respeito deste tipo de mobilização, ainda tenho tudo a aprender com vocês.

Para concluir, eu diria que as coisas se desenvolveram extremamente depressa, de uns cinco anos para cá. Não somente nós vimos surgir inúmeros movimentos contestatários, mas também os vimos se organizar em escala mundial, fazer sinergia, e empregar as próprias armas do sistema contra a ideologia neo-liberal: redes, tecnologias da comunicação de ponta<sup>19</sup>. Um “novo internacionalismo” parece estar se esboçando, conduzido pelos atores da “sociedade civil”. Sua força e sua legitimidade está em repetir o discurso dos dirigentes, e da expertocracia neo-liberal: luta contra a pobreza, desenvolvimento duradouro, luta contra os paraísos fiscais, etc.

Mas é apenas um esboço, e percalços e obstáculos é o que não falta. O primeiro provem da contra-ofensiva que vemos se desenvolver no sentido de desacreditar este movimento de fundo em seu conjunto, tomando como pretexto

as violências exibidas durante as últimas manifestações: “A não ser quebrar tudo e perturbar as reuniões internacionais, essa gente não sabe fazer mais nada”. Os sindicatos e partidos tradicionais que vêem tais movimentos escaparem de suas mãos, não são os últimos a rebaixar os manifestantes, tratando-os de perigosos irresponsáveis. O segundo obstáculo será a dificuldade em instalar duradouramente, e em transformar em verdadeiros movimentos sociais ancorados no campo de expressão da democracia, aquilo que por enquanto não passa da expressão pontual da aspiração das populações, desejosas de recobrar o domínio de seu próprio destino.

## **Bibliografía**

- Aguiton, Christophe (2001) *Le monde nous appartient* (Paris: Plon).
- Castel, Robert (2001) *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat* (Paris: Fayard).
- Castells, Manuel (1998) *La société en réseaux* (Paris: Fayard).
- Gadrey, Jean 2001 (2000) “Nouvelle économie, nouveau mythe?” in Passe, Réne *Eloge du mondialisme par un “anti”presumé* (Paris: Fayard). (2000) *L’illusion néo-libérable* (Paris: Fayard).
- Nikonoff, Jacques (2001) “La financiarisation de l’entreprise” in ATTAC, *Une économie au service de l’homme* (Paris: Fayard).
- Passet, René (2001) *Eloge du mondialisme par un “anti”presumé* (Paris: Fayard).
- Reich, Robert (1991) *The Work of Nations, Preparing Ourselves for 21<sup>st</sup> – Century Capitalism* (Londres: Simon and Schuster).
- Rodrik, Dani “Les mirages de l’ouverture extérieure” in *Revue Internationale des Sciences Sociales* (Paris) Vol. LIII, N° 155.
- \_\_\_\_\_ (2001) “Trading in Illusions” in *Foreign Policy* (Washington) Vol. XXXI, N° 129.
- Sennet, Richard 2000 (1998) *Le Travail sans qualités. Les conséquences humaines de la flexibilité* (Paris: Albin Michel).
- Severino, Jean-Michel “On n’échappe pas au politique quand on fait de l’aide au développement” in *Revue Internationale des Sciences Sociales* (Paris) Vol. LIII, N° 155.
- Smouts, M. C. (1998) “Du bon usage de la gouvernance en relations internationales” in *Revue Internationale des Sciences Sociales* (Paris) Vol. LIII, N° 155.
- Strange, Susan (1986) *Casino Capitalism* (Saskaton: Blackwell Publishers). (1998) *Mad Money* (Manchester: Manchester University Press).
- Supiot, Alain 2001 “Ver sun ordre social international?” in *L’Economie Politique* (Paris) Vol. III, N° 11.
- Taquieff, Pierre-André (2001) *Résister au bougisme. Démocratie forte contre mondialisation techno-marchande* (Paris: Fayard).

## Notas

- 1 Tradução de Dominique Grandi.
- 2 Conhecemos este credo: redução do déficit orçamentário; reforma fiscal, liberalização dos mercados financeiros; liberalização do comércio; aumento das exportações; medidas que favoreçam os investimentos estrangeiros; privatização; desregulamentação e introdução da concorrência em todos os setores da economia, inclusive nos serviços públicos.
- 3 Robert Reich, *The Work of Nations. Preparing Ourselves for 21<sup>st</sup> Century Capitalism*, Londres, Simon and Schuster, 1991.
- 4 Fenômeno bem analisado por Manuel Castells, *La société en réseaux*, Paris, Fayard, 1998.
- 5 Sobre esses pontos, ver Alain Supiot, “Vers un ordre social international?”, *L'économie politique*, N° 11, terceiro trimestre de 2001, p. 34-60.
- 6 Sobre os efeitos da flexibilidade no corpus social, ver: Richard Sennett, *Le travail sans qualités. Les conséquences humaines de la flexibilité* (ed. Americana, 1998), Paris, Albin Michel, 2000; Robert Castel, *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*, Paris, Fayard, 1995; todos dois são citados por Pierre-André Taguieff, *Résister au bougisme. Démocratie forte contre mondialisation techno-marchande*, Paris, Mille et Une Nuits, Fayard, 2001.
- 7 René Passet, *Eloge du mondialisme par un “anti” présumé*, Paris, Fayard, 2001, p. 61.
- 8 Jacques Nikonoff, “La financiarisation de l'entreprise”, p. 70, in: ATTAC, *Une économie au service de l'homme*. Paris, Mille et une Nuits, Fayard, 2001.
- 9 Susan Strange, *Casino Capitalism*, Blackwell Publishers, 1986, *Mad Money*, Manchester University Press, 1998.
- 10 René Passet, p. 67.
- 11 Jean Gadrey, *Nouvelle économie, nouveau mythe?*. Paris, Flammarion, 2000, citado por René Passet, *Eloge du mondialisme par un “anti” présumé*, op. Cit. p. 35.
- 12 Do mesmo autor, ver: *L'Illusion néo-libérale*, Paris, Fayard, 2000.
- 13 M.C.Smouts, “Du bon usage de la gouvernance en relations internationales”, *Revue Internationale des sciences sociales*, Unesco, Paris, N° 155, março de 1998.
- 14 Yves Tavernier, “Fundo Monetário internacional, Banco Mundial: em direção a uma noite de 4 de agosto?”, Assembleia nacional, relatório informativo N° 2801. Achamos longos extratos deste relatório no conjunto de contribuições intitulado “FMI, Banco Mundial: o fim de uma época?”,

publicado por *L'économie politique*, Nº 10, segundo trimestre de 2001. Dentre as propostas de reformas oferecidas, encontramos: “reorganizar as circunscrições para formar grupos de países mais coerentes e reforçar o lugar dos países em desenvolvimento”, etc.

15 O que um antigo vice-presidente do Banco Mundial, Jean-Michel Severino, não hesita em reconhecer: “Não se escapa do político quando se presta ajuda ao desenvolvimento”, *L'économie politique*, Ibid, p. 9 e 17.

16 Dani Rodrik, “Les mirages de l’ouverture extérieure”, *L'économie politique*, Ibid, p. 51.

17 Idem. Do mesmo autor, ver também “Trading Illusions”, *Foreign Policy*, March/April 2001, p. 55 –62.

18 Fazemos totalmente nossa a reflexão sobre a democracia forte contra a mundialização tecno-mercante apresentada por P. A. Taguieff, op. cit.

19 Encontramos uma boa apresentação destes movimentos e uma consistente análise política desta mobilização em Christophe Aguiton, *Le monde nous appartient*, Paris, Plon, 2001.